

## URBANISMO E DESIGUALDADE SOCIAL: ENSAIO SOBRE A “CRÍTICA PÓS-MODERNA” E A TEORIA DE DAVID HARVEY

*Urbanism And Social Inequality: Essay On “Postmodern Criticism”  
And David Harvey’s Theory*

Eduardo Portanova Barros<sup>1</sup>

Rosane Amadori<sup>2</sup>

### RESUMO:

Este artigo reflete sobre a Teoria da Renda Urbana, de David Harvey, em seu “Urbanismo y desigualdad social” (edição espanhola de 1977), segundo o qual existem fatores considerados “não-tangíveis” ou “intangíveis” que poderiam “interferir” na ideia de bem-estar das populações em núcleos, preferencialmente, urbanos. Diante do inchaço das cidades no mundo inteiro, principalmente das grandes metrópoles, o geógrafo de origem britânica - e de formação marxista - “ultrapassa” a dialética histórico-materialista sobre o “capital” para, flertando com a “Crítica Pós-Moderna”, provocar uma específica e complexa via de análise diante da crise de paradigmas das

---

<sup>1</sup> Professor Colaborador do PROF-FILO IFSertãoPE. Pesquisador do Grupo de Estudos de Imaginário, Paisagem e Transculturalidade (GEIPAT/CNPq/UFG) e pós-doutor pela Sorbonne, França, junto ao CEAQ (Centre d’Études sur l’Actuel et le Quotidien) e Groupe de Recherche sur l’Espace et la Socialité (GRES/SORBONNE). Tradutor de “A nostalgia do sagrado. O retorno do religioso nas sociedades pós-modernas”, de Michel Maffesoli (Curitiba: PUCPRESS, 2024. E-mail: [eduardoportanova@hotmail.com](mailto:eduardoportanova@hotmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5832-5711>

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Foz do Iguaçu); Mestrado em Letras - Linguística e Semiótica pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Pós-Graduação em Gestão, Estratégia e Planejamento em Fronteiras (IDESF/ESIC International); Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFMS). E-mail: [rosaneamadori1@gmail.com](mailto:rosaneamadori1@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2798-3684>

teorias do conhecimento entre o positivismo e o pluralismo “conceituais”. A título de conclusão, entendemos que Harvey transcende o marxismo clássico da “luta de classes”, por exemplo, ao incorporar reflexões que dialogam com o pós-moderno ou a relativização do Poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** David Harvey; Geografia urbana; Sociologia política; Crítica Pós-moderna; Ciências Sociais

**ABSTRACT:**

This article reflects on David Harvey’s Theory of Urban Income, in his “Urbanism and Social Inequality” (Spanish edition, 1977), according to which there are factors considered “non-tangible” or “intangible” that could “interfere” in the idea of well-being of populations in - preferably - urban centers. Faced with the swelling of cities throughout the world, especially large metropolises, whose names we all know, the British-born geographer - with a Marxist background - “goes beyond”, hence our choice, the simple historical-materialist dialectic on “capital” to, flirting with “Postmodern Criticism”, provoke a third and complex path of analysis in the face of a crisis of paradigms in Theories of Knowledge between positivism and “conceptual” pluralism. By way of conclusion, Harvey transcends the classical Marxism of the “class struggle”, for example, and incorporates reflections that dialogue with the postmodern or the relativization of Power.

**KEY-WORDS:** David Harvey; Urban geography; Political Sociology; Postmodern Criticism; Social Sciences.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho relaciona parte da obra “Urbanismo y desigualdad social”, de David Harvey (1977), ao sentido do termo “pós”, prefixo que vem ampliando as discussões teóricas e diagnósticos empíricos desde o final do último século. Da obra, priorizamos neste artigo, mais especificamente, a análise que trata dos fatores “não-tangíveis” os quais incidem sobre a renda dos indivíduos. No nosso entender, o fator da “não-tangibilidade” do ponto de vista capitalista de que trata Harvey sinalizaria - e isso a exemplo da “Crítica Pós-Moderna”<sup>3</sup> - um “pós-moderno” que difere e, muitas vezes, é tomado como

---

<sup>3</sup> Por “Crítica Pós-Moderna” referimo-nos aos movimentos teóricos que se utilizaram do termo “pós”, como o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo. O termo foi utilizado a partir dos anos 60 como referência crítica aos postulados binários ou racionalizantes da sociedade do conhecimento, adotado por teóricos alinhados às mudanças sociais de então para enfatizar a

o oposto do chamado Projeto da Modernidade, de um caráter linear e verticalizado da ciência. Insere-se no limiar da crise de paradigmas em termos de práticas políticas e ciências sociais que nos termos foucaultianos forneceria instrumentos eficazes para “críticas descontínuas” (Foucault, 1979, p. 169).

Uma crise para a qual Harvey corrobora, sob a ótica da análise que fazemos aqui, versando sobre, de um lado, categorias clássicas no âmbito do capitalismo, como por exemplo o binarismo e, de outro, o que poderíamos denominar “vozes plurais”. Nos termos de Foucault, seria contrariar a sujeição a um discurso teórico unitário, considera-se a produção dos bens imateriais ou simbólicos, em uma análise que ultrapassa o conceitualismo moderno e flerta com a ideia da Verdade no âmbito da sociedade do conhecimento. Para Harvey, valores “não-tangíveis” não se traduzem tão somente em riqueza física, mas antes - e é essa estreita relação que tratamos neste artigo - como fatores de “bem-estar”. E, por esse motivo específico, também poderiam ser considerados, ainda conforme o autor britânico, enquanto um “direito de propriedade” inerente a todas as pessoas.

Em sua preocupação com a justiça social, portanto, Harvey transpõe a Teoria de Renda da Terra (aqui em caixa alta), de Marx<sup>4</sup>, para o ambiente urbano. Ao justapor o processo social e a forma espacial de distribuição urbana, o autor projeta o social sobre o espaço terrestre, que é base da atividade dos coletivos humanos e, também, base dos estudos geográficos. Observa-se que, ao comentarmos sobre “distribuição urbana”, corroboramos, também, a tese de Teixeira Coelho - e nele um problema análogo ao tema da “intangibilidade” - que se debruça sobre a cidade como “resultante de um desejo” (2008, p. 63). O autor deixa manifesto, mas também em aberto, no capítulo intitulado “A cidade e os avatares da cultura”, em “A cultura pela cidade” (Teixeira Coelho, 2008), que se trata de uma tentativa de “especular” sobre os imaginários culturais urbanos não só pelo viés do “economês”.

---

liberdade de pensamento em quase todas as áreas acadêmicas, sinalizada por teses como a do “fim das chamadas metanarrativas”, em Lyotard, (final dos anos 70).

<sup>4</sup> Teoria de Karl Marx relativa à remuneração que o proprietário da terra cobra pela sua utilização.

O outro lado da cultura, para Teixeira Coelho, é, antes: “Fazer da cultura um instrumento privilegiado do desenvolvimento urbano e humano” (2008, p. 68). Quando Teixeira Coelho amplia o problema de fundo econômico para a esfera do imaginário, aquilo que resulta das relações objetivas e subjetivas de toda conexão humana, descarta uma análise de fundo puramente econômico, aproximando-se da “não-intangibilidade” de Harvey em busca de um ideal de cidade digna para os cidadãos que nela convivem, deixando claro que “[...] o modo tradicional, nunca suficientemente implementado, baseava-se no modelo de sociedade que tinha na economia o centro de tudo, com o demais girando em órbitas menos ou mais afastadas do centro” (2008, p. 63).

Portanto, na esteira dessa reflexão sobre o imaginário cultural das cidades, veríamos uma aproximação com a ideia ampliada da renda em Harvey. Essa análise de Harvey, que recuperamos nesta reflexão de âmbito qualitativo, é ainda mais relevante se considerarmos que o geógrafo dialoga com teorias como as de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade nos anos 60 e 70.

Aprofundemo-nos, antes, em algumas das principais teorias marxistas dos séculos XVIII e XIX as quais, ainda que representem grande avanço social e humano para a compreensão do sistema capitalista de renda, requerem ressignificações ou revisões a luz de outras propostas menos dicotômicas. A título de exemplo, poderíamos citar a contribuição das teorias pós-estruturalistas, principalmente com Foucault e, também, as pós-modernas, as quais não anulam, necessariamente, alguma teoria dita “ideológica”, inclusive de Marx. Isso porque o próprio termo “pós” apresenta traços tanto inclusivos quanto abrangentes, como uma determinada escolha em termos de subjetividade do humano, e acaba tornando-se, queiramos ou não, ideológico.

Em seus postulados principais, Marx, com efeito, propõe uma relação binária do modo de vida capitalista. Não é nosso objetivo aqui fazer juízo de valor se Marx estaria certo ou errado em sua análise, mas sim avaliar objetivamente se a ideia da “intangibilidade” de Harvey seria “enquadrável”, por exemplo, na Tese da Exploração vs Lucro (de novo, caixa alta).

Para Marx, a “mais-valia” seria a origem do lucro a partir da exploração da classe trabalhadora pela burguesia. De acordo com a teoria marxista, o

trabalhador recebe uma parte considerada pequena da riqueza que produz e, conseqüentemente, o excedente é acumulado pelo “patronato”. Marx divide a “mais-valia”, ainda, em Absoluta (a partir do aumento real do tempo da jornada de trabalho) e Relativa (aumento da produtividade sem aumentar a jornada de trabalho).

Aquilo que é de natureza “não-tangível”, em termos da renda em Harvey, nos parece aberto. Ou seja, difere da dicotomia marxista clássica - fonte da qual Harvey bebeu - não só no exemplo formulado antes, mas, também, no conceito de mercadoria no sentido de Valor de Troca (capacidade de ser ou não trocada por outra mercadoria) ou de Valor de Uso (capacidade de satisfazer uma necessidade humana), a qual exclui a possibilidade de uma terceira via nessa relação entre os valores mercantis.

Outro exemplo relacionado as teorias de Marx é o referente à luta de classes. Nos parece cada vez mais improvável que ela surta efeitos de equalização do capital uma vez que a renda, atualmente, é um ativo cada vez mais variável e inconstante e não existe mais qualificação profissional linear correspondente ao salário entre assalariados (proletários), capitalistas e proprietários de terra (burgueses).

Partimos, portanto, de um conceito do “intangível” que é relativo. Além de Marx, Harvey combina Aristóteles, Kant, Leibniz e Lefebvre e examina a transição da “relação campo-cidade” para a situação inversa: “cidade-campo”. Mas parece, no nosso entender, mais preocupado com a situação cidade-cidade, pela centralização do urbano na sociedade capitalista contemporânea, o que Teixeira Coelho, como salientamos anteriormente, identificou no sentido de que “[...] a cidade deixou de ser uma inevitabilidade, apresentando-se, cada vez mais, como um projeto” (2008, p. 63). Neste artigo não vamos nos ater à proposição dos filósofos e sociólogo citados e referenciados acima, mas nos limitaremos aos conceitos trazidos por Harvey em uma análise tratada, antes, como um exercício de reflexão, entendendo que todo recorte conceitual é uma imposição de ‘limites’.

## HARVEY E OS FATORES INTANGÍVEIS DA RENDA REAL

O espaço não consegue abranger toda sua riqueza de conteúdo social e simbólico se considerado apenas em sua dimensão física. A concepção de Harvey, a partir de considerações sobre o que é o espaço e o que a prática humana *cria* como espaço, indica a linha desenvolvida pelo britânico em suas teorias geográficas. Para Harvey (1977), as políticas de planejamento urbano são definidas pelos processos sociais da mesma forma que o espaço de relações, ou seja, de pessoas com o seu meio junto com as outras pessoas, mas, também, limitadas pela “concretude” do meio físico. Nesse cenário, Harvey propõe repensar a função social de bem-estar compreendida e globalmente aceita, inserindo no contexto os “mecanismos ocultos” de redistribuição da renda: “Se desejarmos executar uma melhor distribuição de renda, devemos em primeiro lugar ter uma ideia muito clara dos mecanismos que geram desigualdades” (1977, p. 41).

O conceito de renda meramente como a soma recebida e gasta em consumo é descartado pelo autor, o que o diferencia de Marx, conforme exemplos anteriores. Como “renda”, Harvey considera não só os direitos exercidos no consumo, mas o valor de direitos de propriedade de um indivíduo indo além disso, incluindo o valor de bens “não- tangíveis”, responsáveis pelo seu bem-estar. Desse modo, as mudanças na forma espacial da cidade e nos seus processos sociais também provocam mudanças na renda do indivíduo.

No desenvolvimento desse conceito, Harvey defende, inicialmente, que o ajustamento das partes de um sistema urbano não é um processo hegemônico, na medida em que, nessa organização urbana, alguns aspectos manifestam-se de imediato, enquanto outros “respondem” vagarosamente. Surgem, então, as “vantagens marginais”, geradas pelas trocas no sistema urbano. A acessibilidade e a proximidade são relacionadas como fatores paralelos que influenciam nos custos e na renda do trabalhador, uma vez que grupos com mais recursos financeiros e educacionais estão mais aptos à adaptação aos espaços, constituindo-se esses, então, em fatores de desigualdade. Harvey cita como exemplo do desequilíbrio o potencial de mobilidade associado ao automóvel, que favoreceu aumento de renda dos grupos “mais educados e mais afluentes”.

Sob esse viés, o preço social pago para ter acesso a certas necessidades é variável. Mudar a forma espacial da cidade é mudar o preço da acessibilidade e, conseqüentemente, o valor da vida do indivíduo. Harvey pondera sobre fatores considerados como “efeitos da produção”, que afetam o bem-estar do indivíduo, tomando-se como exemplo a poluição. A exposição a esses efeitos externos se converte em vantagens de renda, mas essa distribuição também é fonte de desigualdades.

Ao tecer considerações sobre a redistribuição de renda e o valor mutável dos direitos de propriedade, a análise do autor sobre o crescimento das cidades<sup>5</sup> chama atenção para o fato de que a reorganização e a redistribuição urbanas, em sua forma corrente, podem ser encaradas como “naturais” e “justas”, ao passo que não o seriam. Em sua crítica social, e aqui se aproxima da Teoria Crítica pós-marxista, Harvey aponta a falta de moradias acessíveis, aliada ao surgimento de empregos em regiões industriais distantes, enquanto fator que empurra grupos de baixa renda para fora da região central, uma vez que estão excluídos dos sistemas de transporte rápido e de menor custo.

Os trabalhadores de baixa renda, normalmente, têm maior dispêndio em custo de transporte. Nesse sentido, o autor manifesta “pouca esperança” de conseguir uma solução de equilíbrio para o problema do emprego no subúrbio e sua incompatibilidade com moradia na área central. Em complemento aos fatores acima expostos, Harvey fala em “exteriorizações no mercado de moradia” como fatores que afetam o valor de imóveis, tais como a poluição do solo e a construção de uma praça. Considerando os grandes centros urbanos e suas desigualdades, Harvey questiona: Deveria a cidade ser subdividida de alguma forma racional? Deveriam ser as comunidades amplas e englobar os custos e dificuldades da cooperação de um grande número de pessoas? Ou deveriam ser pequenas? Não há resposta para questão de tamanha complexidade, uma vez que podem ser projetadas “um número infinito de regionalizações, mas precisamos, hipoteticamente, identificar aquela regionalização específica, que maximiza a soma de utilidades individuais” (Harvey, 1977, p. 54).

---

<sup>5</sup> Destacando-se que se trata de uma obra de 1977, refletindo a expansão urbana da época.

Aprofundando essa passagem, o autor aborda o urbanismo e a distribuição social do ponto de vista da disponibilidade de recursos, a partir da qual a renda real do indivíduo se altera quando mudam os recursos disponíveis para ele. Ou seja, entra “na conta” da renda individual a quantidade de “bens” intangíveis como ar puro e silêncio ou o custo de acesso a esses recursos. A análise é feita a partir da definição operacional para o termo “recurso”: não é mercadoria (termo, porém, que Harvey não ignora), convencionalmente usada nas teorias econômicas (como, de fato, vimos anteriormente), mas inclui referenciais tais como o espaço livre, que, por sua vez, não se restringem ao termo “naturais”.

O sistema urbano contém, assim, uma distribuição geográfica de recursos criados, de significado econômico, social e psicológico grande e simbólico. [...] recursos são também avaliações tecnológicas e culturais; em outras palavras, sua quantidade depende das preferências individuais existentes na população e das habilidades cognitivas que as pessoas possuem ao auxiliá-las a explorar o sistema de recursos (Harvey, 1977, p. 56).

Desse modo, o domínio sobre os recursos - os mesmos que entram na definição de renda real - depende da acessibilidade e proximidade, em sua relação com mobilidade urbana, e, ainda, da cognição ou da capacidade do cidadão em reconhecer e desfrutar desses recursos. Existe aqui, portanto, alto grau de subjetividade nessa relação entre os indivíduos e os meios pelos quais interagimos no cenário urbano. É o que Maffesoli, por sua vez, irá denominar “ecosofia”. Para o sociólogo francês, “[ecosofia] é a forma simbólica que une as relações e os lugares sociais” (2021, p. 47). Essas relações não se pautariam por uma distribuição de renda do ponto de vista dicotômico entre os então “burgueses” e os “proletários”, conforme Marx, mas no sentido de uma “sensibilidade ecosófica” (Maffesoli, 2021, p. 12). É uma tentativa de vivermos o presente com os meios possíveis, inclusive de renda, de natureza “qualitativa”, de acordo com Maffesoli.

O mesmo Maffesoli pós-moderno fez, nos anos 70, mais especificamente em 1976, uma análise - já ensaiando sua clara defesa das teorias pós-modernas, começando pelo pós-estruturalismo em Foucault, sobretudo - da dialética e do

dualismo em Marx. Lançado dois anos depois no Brasil, “Lógica da dominação” (Maffesoli) considera que Marx “esquecera” a *dualidade* (diferente do *dualismo*, este dialético-materialista voltado para a “marcha do progresso”) do imaginário social, isto é, da necessidade do desejo, como já salientamos anteriormente, o que provocou no marxismo confusões com um esquematismo positivista. Conforme Maffesoli, “[...] a imbricação que liga relações culturais e relações sociais, imbricação que é outra maneira de designar o desenvolvimento histórico e a ideologia” (Maffesoli, 1978, p. 81). Essa “outra maneira” seria, para Maffesoli, por exemplo, a “sensibilidade ecosófica” (acima), ao contrário de uma “transformação” do capitalismo em comunismo, aqui para Marx.

## PADRÃO DE RENDA VARIÁVEL

Outro aspecto analisado por Harvey enquanto recurso urbano está relacionado à segurança ou à estimativa do impacto da atividade criminal. Ao cidadão comum imputam-se custos indiretos e incalculáveis ao ser posto à margem da atividade física e social em razão do medo. No quesito segurança, o padrão de “renda” é extremamente variável: alguns têm custos altos, outros estão isentos. Por considerar que as pessoas avaliam “coisas diferentes de diferentes maneiras” (Harvey, 1977, p. 65), o geógrafo reforça a noção de “renda real”, uma noção que atribui valor ao direito de propriedade individual e ao domínio sobre os recursos. Esse fato tem influenciado as teorias econômicas e políticas a partir do deslocamento do princípio clássico da intensidade das preferências sociais. O “deslocamento” é o termo exato para uma “terceira” via de análise, não apenas disjuntiva entre polaridades opostas, que Harvey, aliás, vem buscando na atualidade.

Tem-se, então, que a heterogeneidade de valores culturais e sociais pode ser fonte de diferenças entre diferentes grupos. “Dois indivíduos podem

dominar exatamente o mesmo recurso, mas se eles o valorizam diferentemente, tem rendas reais diferentes”, segundo Harvey (1977, p. 67). Aqui voltamos ao que Maffesoli denomina “sensibilidade ecosófica”, até em um sentido meio que holístico de equilíbrio entre os recursos naturais (daí o prefixo “eco”) e a sabedoria (daí “sofia”) em relação à chamada terra-mãe ou Gaia. Reconsiderar as teorias econômicas clássicas como as de Marx, principalmente, agora em um contexto pós-marxista, como Harvey deixa claro, poderia ser uma forma, inclusive, de revelar alternativas diante da crise de paradigmas que mencionamos antes como eixo teórico ou espinha dorsal deste artigo. São trabalhos como o de Harvey que revitalizam o Estado (hoje agonizante) do futuro.

A seguir, Harvey analisa os valores sociais e a dinâmica cultural do sistema urbano. Por esse viés, um sistema urbano não fica isento de atritos se houver diferenças conflitantes nos valores culturais. E é a organização territorial e de “vizinhança”, segundo o autor, que tem o papel de minimizar esses conflitos. Mas qual o impacto dessa consideração sobre teoria da redistribuição de renda? Para responder ao questionamento, o autor define dois critérios de avaliação. O primeiro é a Avaliação Tecnológica, que se relaciona à disposição de equipamentos que permitam ao indivíduo fazer uso do sistema de recursos representado pelos centros urbanos. E o segundo é a Avaliação Cultural, que consiste no sistema de valores os quais exerçam motivação para que os indivíduos façam uso desses recursos. Finalmente, como pano de fundo, considera a habilidade cognitiva do indivíduo na valorização dos recursos disponíveis.

Como exemplos para a compreensão da análise, Harvey apresenta o de um camponês, que pode não ter habilidade cognitiva para morar na cidade, ou do suburbano, que pode não ter, por sua vez, essa habilidade para morar no centro da cidade, justamente por seu caráter suburbano (sem nenhum tom pejorativo nisso) ou no campo, e assim por diante. Logo, segundo Harvey, habilidades cognitivas são, de fato, apreendidas e, quando isso ocorre, é possível dominar uma diversidade de ambientes. Essas habilidades, ainda, não estão distribuídas igualmente entre a população. Os indivíduos se tornam habilitados a lidar com o meio na medida em que este se impõe (daí sua

natureza dinâmica e não fixa). E é a educação que tem o papel relevante no desenvolvimento de habilidades como as que dizem respeito às relações espaciais.

Desse modo, grupos com renda maior e mais acesso à educação tendem a fazer uso mais ativo do espaço, enquanto grupos de menor renda, que não desenvolvem essa habilidade cognitiva, tendem a ficar a mercê dele. Compreendendo-se, então, que as habilidades cognitivas dependem da educação, da inteligência e da experiência e afetam expressivamente o valor do recurso do indivíduo. Os valores culturais sofrem influências das oportunidades criadas no meio urbano na medida em que a evolução cultural é resultado da reorganização dos estímulos físicos e sociais do sistema urbano.

## **POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO E RENDA**

Partindo da teoria de que os recursos significam coisas diferentes para pessoas diferentes, o autor questiona como podemos medir seu impacto sobre a renda real dos indivíduos e desenvolver políticas que atendam a um objetivo específico de redistribuição? A solução parcial apresentada seria identificar recursos comuns e recursos particularizados. É razoável supor que moradia e saúde estão na primeira categoria. Contudo, há diferenças nas formas como os grupos se identificam com a moradia, por exemplo. A consideração desse valor particularizado precisaria ser levada em conta no caso de projetos de “reabilitação”, bem-intencionados, mas que podem infligir pesados custos aos mais pobres. A partir dessas argumentações, as heterogeneidades culturais são apontadas enquanto fator de complexidade para a aferição de “renda real”.

Mesmo sendo tentador, Harvey se recusa a voltar para o conceito simples de renda meramente como a monetária em nome de uma visão social mais crítica. Para ele, a falha na investigação de problemas do espaço urbano “compromete a esperança na tomada de decisões socialmente mais concretas e impactantes” (Harvey, 1977). Ao considerar o rearranjo do sistema urbano como fator de evolução cultural, o autor nos provoca a pensar criticamente:

evolução em relação a quê? Como resposta, aponta o fato de a subcultura não conferir valor ao espaço livre, então essa “evolução” pode levar à insensibilidade sobre riquezas como ar puro e silêncio e supervalorizar elementos suburbanos. Antevendo situações futuras,<sup>6</sup> Harvey alerta sobre a necessidade de reavaliar as decisões sobre o crescimento das cidades e o cuidado em relação aos valores culturais instituídos e ressaltados, uma vez que eles normalmente reforçam o *status quo* capitalista.

As análises de David Harvey nos fazem repensar - e aqui entra o pós-moderno, no sentido de reinterpretar os conceitos antes aceitos por um paradigma clássico que, entre outros exemplos, considerava a Razão e a Verdade como categorias únicas e, portanto, binárias (isso “ou” aquilo) da condição social - a geografia urbana e as concepções dominantes em seu espaço e nas territorialidades estabelecidas. Entre os pensadores que interagem na teoria do britânico está Henri Lefebvre e sua percepção a respeito do espaço “territorializado”. Lefebvre (1991) define espaço como um processo socialmente construído e produzido, ou seja, estabelecendo um trinômio para a concepção do termo formada pelo modo como é vivido-percebido-concebido por seus habitantes. O “pós” é um termo já aceito, de modo geral, como em pós-colonialismo, por exemplo, que procura fazer a “crítica” dos *apriorismos* da epistemologia moderna.

## DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Em sua teoria pautada na justiça social e na distribuição igualitária dos bens disponíveis nas cidades, Harvey concebe o espaço urbano como um gigantesco sistema de recursos, isto é, uma distribuição geográfica de possibilidades. E na preocupação de formar cidades mais justas, denuncia, por meio de reflexões profundas, a usurpação desses espaços urbanos pelo capital, que dita a geografia das cidades e expropria seus habitantes não só de bens

---

<sup>6</sup> Considerando-se novamente a data da publicação da obra, 1977, podemos pressupor que algumas dessas condições futuras previstas já possam ter se concretizado.

materiais, mas de outros recursos inerentes às concentrações urbanas. As concepções de David Harvey unem geografia urbana, marxismo e filosofia social em torno da compreensão das contradições encontradas no espaço urbano do mundo contemporâneo. Reconhecido geógrafo da atualidade, o britânico defende o direito à cidade enquanto um movimento anticapitalista empenhado em democratizar a experiência urbana. Mais especificamente, o autor trabalha a noção de renda real, atribuindo valor ao direito de propriedade individual e ao domínio sobre recursos que deveriam ser comuns.

Ao analisar a urbanidade enquanto espaço de concentração da produção excedente, Harvey vai além do pensamento materialista e traz em suas considerações os recursos não materiais, inseridos enquanto fonte de renda dos indivíduos. Apesar de trazer como pano de fundo, entre outras concepções, as ideias marxistas, o pensador computa condições de bem-estar na relação de riquezas, ainda que imateriais, a serem mensuradas enquanto direito de “propriedade” do coletivo urbano. Assim como o espaço é “territorializado” pela atividade humana (Lefebvre, 1991), sendo a ação do homem determinante enquanto agente sobre a materialidade que lhe é dada, a constituição do domínio humano ou exercício de propriedade se expande além do concreto. Pela interpretação de Harvey, a renda, ou a soma dos recebimentos, recebe a contribuição de fatores geradores de bem-estar.

Em síntese, analisamos alguns dos direcionamentos da teoria de Harvey sobre o sistema de recursos abarcado nos centros urbanos. A compreensão de “fonte de recursos” que permeia as considerações do autor sobre o conceito de cidade nos parece adequada a partir da perspectiva da justiça no direito do cidadão em usufruir de um espaço socialmente formado e mantido. Conceber a amplitude desta fonte de recursos além da visão tradicional da renda, e esse “além” dialoga com o termo “pós”, enquanto benefícios materiais, nos permite ter uma visão mais crítica acerca das desigualdades sociais. Isso significa dizer que o desfrute dos direitos de modo mais igualitário compreende fatores não calculados na linha de produção mercadológica. E foi isso que o pós-marxista e hoje pós-moderno Edgar Morin, criticou em Marx: “Marx tinha subestimado, não

somente a força das ideias, mas a força e a realidade do imaginário”<sup>7</sup> (2013, p. 98).

Harvey, portanto, nos ajuda a compreender que o “trabalhador”, além de alimentar o privilégio mantido na acumulação da renda, não só abdica da recompensa proporcional e justa pelo seu trabalho, mas, também, perde direito a riquezas de outras naturezas, as quais não são consideradas na composição de bens necessários e possíveis a partir da vasta fonte dos círculos urbanos. Ao analisar a dinâmica das cidades na contemporaneidade, é possível perceber os “mecanismos ocultos” atuantes na desigualdade da distribuição desses bens apontados pelo autor. Aspectos implícitos aos fatores mais crassos de desigualdade ampliam as diferenças e as tornam ainda mais cruéis quando considerado o acesso aos “bens” intangíveis, tais como ar puro e silêncio. Porém, vimos anteriormente que a “intangibilidade” do fator de renda, na concepção de Harvey, não se resume apenas ao acesso aos recursos, naturais ou materiais, que, claro, é a realidade da sociedade mais abastada, mas que, para outras camadas populacionais, o desejo àqueles mesmos recursos pode motivar a chamada resiliência.

Abrimos parênteses para aquilo que a pensadora política alemã, Hannah Arendt, na esteira da filosofia de Heidegger, Jaspers e Husserl, denominou a “condição humana”. E por “condição humana” ou “*vita activa*” (sic), Arendt considera três principais fatores: labor, trabalho e ação. O labor, segundo Arendt, é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano como suas necessidades vitais. “A condição humana do labor é a própria vida” (Arendt, 2000, p. 15). O segundo ponto é o trabalho, que, para Arendt, é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. “[...] e a condição humana do trabalho é a mundanidade”, de acordo com Arendt (2000, p. 15). Por último, a filósofa alemã introduz seu “conceito” de ação, que, para ela, corresponderia “[...] à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (Arendt, 2000, p. 15).

---

<sup>7</sup> Tradução nossa. No original, em francês: “Marx avait sousestimé, non seulement la force des idées, mais la force et la réalité de l’imaginaire”.

Essas novas experiências de uma “condição humana”, em Arendt, podem ilustrar, no nosso ponto de vista, a procura de Harvey por uma Teoria da Renda Urbana (caixa alta) não mais, a exemplo de um marxismo clássico que bebeu do método histórico-dialético de viés hegeliano (dialética a dele dividida em tese, antítese e síntese), mas que, “ultrapassando” Hegel, introduziu o materialismo histórico para rejeitar o socialismo utópico. Isso porque, para Marx, a realidade histórica da “condição humana” (alusão ao parágrafo anterior sobre Arendt, a fim de destacar essa diferença conceitual entre Marx e a filósofa alemã) é a reprodução da vida material. E, tão somente, a classe operária teria a possibilidade de, por sua condição de trabalhadores assalariados construir o socialismo. A interpretação de Marx sobre o capitalismo, por fim, se debruça, preferencialmente (senão totalmente), na dimensão econômica. Não vamos avançar nisso aqui.

## AS “PSEUDOMORADIAS” DAS ÁREAS INDUSTRIAIS

Voltando à Teoria da Renda Urbana e sua questão relacionada aos recursos de acesso (ou vice-versa), mais especificamente falando, Harvey trata, ainda, das chamadas “pseudomoradias” instaladas nos arredores das áreas industriais das metrópoles e nas proximidades da estrutura viária de acesso a essas áreas. Ainda que o “trabalhador” consiga ascensão a uma habitação digna, dificilmente poderá somar no seu saldo salarial quesitos como a qualidade do ar. A poluição atmosférica é um dos “efeitos da produção” que afetam o bem-estar do indivíduo, listados pelo autor e, como tal, deve ser traduzida na sua relação de renda, uma vez que ele estará tanto mais sujeito aos seus efeitos nocivos quanto menores forem seus ganhos financeiros. Nesse sentido, a poluição sonora também entraria na composição da renda do trabalhador. Os ganhos em desfrutar de um ambiente silencioso ou distante de ruídos estressantes são um dos recursos a serem creditados na conta de todos os cidadãos.

Mas sabemos bem que a poluição do ar e a sonora são parte do quociente de ganhos relativos a altos padrões, indisponíveis a uma parcela considerável da população urbana. Por outro lado, as vantagens marginais apontadas pelo autor como fatores de desigualdade, as quais operam como desvantagens para os menos favorecidos, estão a acessibilidade e a proximidade com o local de trabalho. Em grandes cidades, o tempo gasto pelos trabalhadores para chegar ao trabalho facilmente ultrapassa o tempo restante disponível para o lazer ou mesmo para o sono. Não é preciso ir até os grandes centros urbanos para ver o quanto o acesso ao trabalho pesa negativamente na renda do indivíduo. Em Foz do Iguaçu, uma cidade com aproximadamente 258 mil habitantes<sup>8</sup>, é possível perceber a imposição do transporte aos trabalhadores do centro turístico das Cataratas do Iguaçu.

Localizado há cerca de 10 quilômetros da área central da cidade, o acesso ao Centro de Visitantes das Cataratas é desprovido de linhas de ônibus que contemplem satisfatoriamente os horários de saída e entrada dos trabalhadores. Forçados ao deslocamento com veículo próprio ou no sistema de aluguel, os trabalhadores comprometem de 20% a 30% da renda líquida com o acesso ao local de trabalho. É o exemplo da força de expressão “pagar para trabalhar”. Assim, para Harvey, o “recurso urbano” está relacionado à segurança ou à estimativa do impacto da atividade criminal. O local de habitação é determinante da maior ou menor sujeição a situações de determinados perfis de violências. Harvey nos ajuda a pensar nesse quesito fundamental à condição de bem-estar do cidadão enquanto um item a ser computado à fonte de recursos dos centros urbanos. Quantos cidadãos têm o percentual de “valor” da segurança, da garantia irrestrita de integridade, adicionado à sua fonte de ‘renda’?

## HETEROGENEIDADES DOS VALORES “NÃO-TANGÍVEIS”

---

<sup>8</sup> Estimativa do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 27.08.2021.

Acerca desses itens de renda e bens não tangíveis, Harvey é específico ao considerar na classe trabalhadora a variação da presença de elementos para a compreensão sobre o verdadeiro valor desses ativos. A cognição, enquanto capacidade do cidadão de reconhecer e desfrutar esses recursos, é uma questão que torna complexa a análise da questão. Partindo da teoria de que as pessoas avaliam “coisas diferentes de diferentes maneiras” (Harvey, 1977, p.65), no âmbito social o sistema de valores dos indivíduos exerce motivação para fazer ou não uso desses recursos. E então o autor nos leva à interpretação de que a heterogeneidade de valores culturais e sociais é fonte de diferenças entre os diferentes grupos. Isso porque, ainda que dois indivíduos detenham o mesmo recurso, a valorização deste recurso será particular, proporcional ao sistema de valor individual de cada um. O resultado será uma renda real diferente.

A partir da consideração da “diferença” motivada por distintos critérios de avaliação dos recursos urbanos disponíveis, o autor nos remete à compreensão de que é a cognição, enquanto capacidade de adquirir conhecimento, que vai equilibrar a renda real dos cidadãos. Um equilíbrio, na avaliação dessa pesquisadora, a partir das possibilidades igualitárias dadas a todos de reconhecer e usufruir os recursos, ficando o segundo exercício, o de fazer uso, a critério de cada um. Harvey confia o desenvolvimento das habilidades cognitivas, as quais capacitam o indivíduo a conceber com mais plenitude recursos intangíveis aos quais ele tem direito, à educação. Na avaliação desta pesquisadora, concordando com o autor, ainda que seja compreendido enquanto aplicação de métodos para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, o ensino formal abre portas para o incremento de inteligências e de experiências que afetam significativamente o valor dado aos recursos pelo indivíduo, ampliando suas possibilidades de bem-estar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, a obra “Urbanismo y desigualdad social” nos remete a diferentes conceituações sobre a composição da renda, de bens e da “riqueza” na vida do homem urbano. O autor nos instiga a examinar as mutações nas dinâmicas urbanas, que corroboramos com autores vinculados ao pós-estruturalismo marxista, no caso de Arendt, ou da complexidade e do imaginário pós-modernos, como Maffesoli e Morin, analisando de modo mais profundo - ou pelo menos aberto - suas realidades concretas e abstratas. No panorama de múltiplas faces da contemporaneidade, as áreas urbanas estão cada vez mais segregadas e propensas a “naturalizar” diferenças produzidas pela distribuição desigual das riquezas provenientes do trabalho. Os resultados estão indelevelmente registrados no espaço das cidades, com suas territorialidades compostas de fragmentos, muitos deles fortificados e sectários. A materialidade dos espaços públicos e privatizados reflete as divisões de amplas distâncias, reguladas pela renda do indivíduo.

Além disso, os fragmentos de um espaço tido como “coletivo” formam um mosaico com peças que aparentemente se ajustam, mas estão segmentadas por uma diversidade de diferenças, visíveis e invisíveis na labuta diária pela sobrevivência. No cenário de sistêmica acumulação capitalista, os ideais de direitos humanos desafiam a “naturalidade” hegemônica de mercado vigente nas cidades. As reflexões de Harvey - que dialogam com a crítica pós-moderna ao dito Projeto da Modernidade - nos tornam sensíveis à consideração das concepções práticas cotidianas, das relações com a natureza e dos vínculos sociais no olhar lançado para a ebulição da vida urbana.

Com seu olhar inquieto, penetrando as espessas estruturas de materialidade e socialização consolidadas nos espaços urbanos, Harvey nos estimula, em suma, a exercitar o direito de questionar a lógica - ou a falta dela - da estrutura urbana, instigando-nos a praticar a capacidade de reinventar a cidade de acordo com os desejos de maior equidade e probidade na distribuição de seus recursos.

## REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COELHO, T. **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADEA, C. A.; BARROS, E.P. **A Questão Pós nas Ciências Sociais**. Crítica, estética, política e cultura. Curitiba: Appris, 2013.

HARVEY, D. **Urbanismo y desigualdad social**. Madri: Siglo XXI de España Editores S. A., 1977.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge, Massachussets, USA: Basil Blackwell, 1991.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1989.

MAFFESOLI, M. **Lógica da dominação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAFFESOLI, M. **Ecosofia**. Uma ecologia para nosso tempo. São Paulo: Edições SESC, 2021.

MORIN, E. **Mes philosophes**. Paris: Pluriel, 2013.

SASSEN, S. **Contrageografias de la globalización**. Género y ciudadanía en los circuitos transfronteirizos. Madrid: Ediciones Traficantes de Sueños, 2003.